

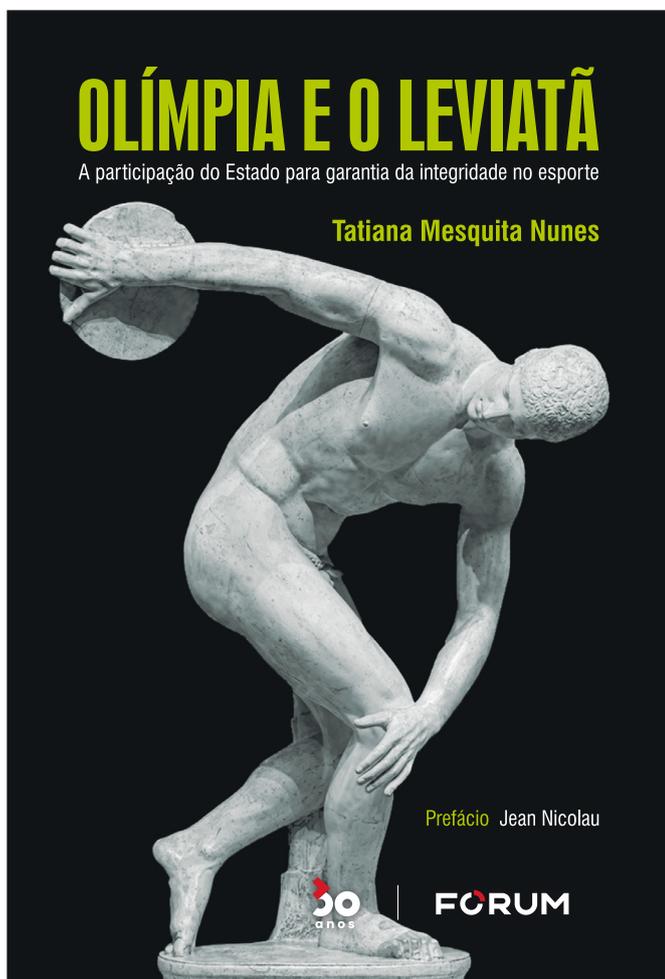
Tatiana Mesquita Nunes

Prefácio

Jean Nicolau

OLÍMPIA E O LEVIATÃ

A participação do Estado para garantia da integridade no esporte



“Se a primeira parte de seu trabalho é consagrada a uma apresentação histórica detalhada sobre a conflituosa relação entre os atores do esporte e os entes públicos, a segunda parte do livro dedica-se à cuidadosa reflexão sobre medidas concretas, visando, em última análise, a promover a cooperação entre entes públicos e privados envolvidos na concepção e na organização das grandes competições. Este conjunto, ao mesmo tempo analítico e propositivo, sobre um tema de constante atualidade converte *Olimpia e o Leviatã* em obra obrigatória aos operadores do Direito Desportivo, certamente, mas também aos estudiosos das interações entre sistemas ou, em última análise, do fenômeno do pluralismo jurídico.” (Jean Nicolau, Prefácio)

Área específica

DIREITO PÚBLICO

Áreas afins

DIREITO DESPORTIVO

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003431

N972o

Nunes, Tatiana Mesquita

Olímpia e o Leviatã: a participação do Estado para garantia da integridade no esporte / Tatiana Mesquita Nunes. - Belo Horizonte : Fórum, 2022.

229 p. ; 14,5cm x 21,5cm

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5518-458-7

1. Direito Público. 2. Direito Desportivo. I. Título.

CDD 341

CDU 342

2022-2387

Tatiana Mesquita Nunes é Mestre em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Pós-graduada (Master) pela Universidade de Alcalá, Espanha. Professora em cursos de especialização e pós-graduação em Direito Desportivo. Advogada da União. Membro do Núcleo Especializado em Arbitragem da Advocacia-Geral da União. Presidente do Tribunal de Justiça Desportiva Antidopagem. Representante do Brasil na International Partnership Against Corruption in Sports (IPACS).

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
Jean Nicolau	15

INTRODUÇÃO	
OLÍMPIA E O LEVIATÃ	19
I Olímpia	19
II O Leviatã	23
III Olímpia e o Leviatã: uma relação de poder	25

PARTE I OLÍMPIA E O LEVIATÃ: UM HISTÓRICO EMBATE

CAPÍTULO I	
O ESPORTE, O ESTADO E A INTEGRIDADE	29
1.1 Estado, Direito e Esporte: a sociogênese do esporte e sua peculiar formatação jurídica.....	29
1.2 O Estado no domínio esportivo: a autonomia do esporte e sua qualificação como direito social	45
1.2.1 A autonomia das organizações esportivas	50
1.2 O esporte como direito social e sua influência para a concepção da autonomia.....	54
1.2.3 A autonomia do esporte (ou a autonomia supervisionada das organizações esportivas).....	57
1.3 A integridade como ideal orientador do esporte	63
1.3.1 A integridade do esporte em si mesmo	68
1.3.2 A integridade pessoal no esporte ou a integridade das competições.....	68
1.3.3 A integridade das organizações esportivas.....	70
1.3.4 A integridade procedimental dos eventos esportivos.....	71
1.3.5 Integridade e governança no esporte.....	71
CAPÍTULO II	
ESTADO E ESPORTE NO BRASIL	75
2.1 A relação entre as organizações esportivas e o Estado brasileiro – esboço histórico	75
2.2 O esporte como direito social e a autonomia – exegese do artigo 217 da CRFB/1988.....	81
2.2.1 O artigo 217 e o bem jurídico protegido	84
2.2.2 Autonomia das organizações esportivas no Direito brasileiro – as concepções doutrinárias e jurisprudenciais atuais	88
2.2.3 As formas de interação do movimento esportivo com o Direito brasileiro – o exemplo da <i>Lex FIFA</i>	100
2.3 Arcabouço jurídico atual para garantia da integridade das organizações esportivas brasileiras	105
2.3.1 Repressão a ilícitos, à gestão temerária e aos atos contrários ao contrato ou estatuto social na Lei Pelé – o art. 27	107
2.3.2 Normas de boa governança incorporadas na Lei Pelé – o artigo 18-A	108
2.3.3 O Programa de Modernização da Gestão e da Responsabilidade Fiscal do Futebol (PROFUT)	113
2.3.4 O combate à dopagem como questão de integridade	123

PARTE II
OLÍMPIA E O LEVIATÃ:
UM CAMINHO PARA A COOPERAÇÃO

CAPÍTULO III	
ESTADO E ESPORTE NO MUNDO	129
3.1 O modelo esportivo norte-americano e suas especificidades.....	132
3.1.1 Organizações esportivas norte-americanas: monopólios e truste	137
3.1.2 O exemplo da legislação antidopagem e a atuação estatal	141
3.2 A diferente visão do Estado francês em face do esporte: autonomia e regulação	143
3.2.1 A autonomia do esporte no Direito Francês – a relação entre Estado e organizações esportivas	149
3.2.2 Integridade no modelo esportivo francês.....	154
a) A integridade das competições esportivas: os exemplos do controle de dopagem e do combate à manipulação de resultados	157
b) A integridade das organizações esportivas: o exemplo da aplicação das regras de transparência da vida pública	161
3.3 Configuração internacional da proteção ao esporte e à sua integridade	167
CAPÍTULO IV	
PROPOSTA DE UM MARCO JURÍDICO PARA A INTEGRIDADE DAS ORGANIZAÇÕES ESPORTIVAS NO BRASIL.....	
4.1 Esporte e autonomia sob a ótica de sua função social.....	176
4.2 A figura da organização esportiva frente ao bem jurídico esporte: peculiaridade do sistema esportivo e sua aproximação com os monopólios e carteis econômicos	184
4.3 A cooperação possível entre movimento esportivo e Estado: conciliação entre a autonomia das organizações esportivas e a normatização de regras de integridade para o esporte brasileiro.....	194
4.3.1 Adoção de medidas de transparência – o exemplo do Direito francês.....	204
4.3.2 Prevenção de situações em que o agente possa se encontrar frente à necessidade de adoção de comportamentos “não virtuosos” – o exemplo da luta contra o conflito de interesses na Justiça Desportiva.....	207
4.3.3 Sanções a comportamentos “não virtuosos” – a improbidade na administração do desporto.....	209
CONCLUSÃO	
O ESPORTE E O ESTADO (PARA ALÉM DE OLÍMPIA E O LEVIATÃ).....	211
REFERÊNCIAS.....	217